



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

FERNANDA CRISTINA SENA SAMPAIO MENDES

**A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE PERJÚRIO NO SISTEMA JURÍDICO
BRASILEIRO**

BRASÍLIA

2018

FERNANDA CRISTINA SENA SAMPAIO MENDES

**A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE PERJÚRIO NO SISTEMA JURÍDICO
BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Setor de Graduação do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Prof. Gabriel Haddad Teixeira.

BRASÍLIA

2018

FERNANDA CRISTINA SENA SAMPAIO MENDES

**A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE PERJÚRIO NO SISTEMA JURÍDICO
BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Setor de
Graduação do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB) como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Direito pela
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Prof. Gabriel Haddad Teixeira.

BRASÍLIA, XX DE XXXXX DE 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Gabriel Haddad Teixeira

Professor(a) Avaliador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Cristina, por todo apoio e confiança que foram depositados em mim durante toda a graduação e na fase de elaboração deste trabalho.

Ao meu pai, Lázaro, que mesmo de longe, me apoiou e me incentivou.

Aos meus avós, Carmem e Luiz, por todo o suporte e carinho.

À minha família, que sempre confiou em mim e me deu incentivo para traçar minha rota no mundo jurídico.

Ao UniCeub, ao meu Orientador e a todos os professores que me auxiliaram nessa jornada para chegar até aqui.

E sem dúvidas, a Deus, pois sem Ele nada disso seria possível.

RESUMO

O presente trabalho discute as eventuais mudanças no sistema jurídico brasileiro, caso aprovado o Projeto de Lei de nº 4.192/2015, o qual deseja implementar no Código Penal o crime de perjúrio, delito este já tipificado entre outros países, como nos Estados Unidos da América. Avaliam-se também os crimes de falso testemunho e falsa perícia, os quais estão previstos no artigo 342 do Código Penal, sendo crimes congêneres sob a ótica da mentira. A tipificação do perjúrio no Brasil examina o confronto com o princípio constitucional *nemo tenetur detegere*, mais conhecido como direito à não autoincriminação que, também, se associa ao direito de permanecer em silêncio, de forma que poderá acarretar em prejuízos para o investigado/acusado e sua defesa, e em contrapartida, impulsiona o Poder Judiciário a se aproximar do princípio da verdade real. Assim, fez-se uma reflexão de que forma a mentira, como interesse individualista, sobrepõe os interesses coletivos em razão dos valores éticos e morais impostos pela sociedade.

Palavras-chave: Perjúrio. Autoincriminação. Mentira. Silêncio. Princípios constitucionais. Projeto de lei.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 A MENTIRA: SERIA UMA QUESTÃO MORAL OU MERAMENTE PENAL? | 8 |
| 2 A CRIMINALIZAÇÃO DOS DISCURSOS NO DIREITO PENAL | 21 |
| 3 A GARANTIA DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E A HIPÓTESE DE TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE PERJÚRIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – O CONFRONTE ENTRE A NORMA PENAL E A GARANTIA CONSTITUCIONAL | 30 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 43 |
| REFERÊNCIAS | 44 |

INTRODUÇÃO

O princípio do *nemo tenetur se detegere* – vedação à autoincriminação – possui grande relevância para o sistema jurídico brasileiro, pois se trata de uma garantia constitucional que permite o acusado/investigado de mentir perante a autoridade judiciária no intuito de não produzir provas contra si mesmo.

Esta garantia constitucional possui entendimento uníssono e pacífico perante os Tribunais Superiores, que também serviram de embasamento para a presente pesquisa, até mesmo porque, o Supremo Tribunal Federal deve respeitar os dispositivos da Constituição Federal, a qual possibilita ao acusado o direito de permanecer em silêncio, seja em sede investigatória ou acusatória.

Deste modo, o objetivo principal deste trabalho, de forma exploratória, será tratar sobre eventual confronto entre este princípio constitucional e o crime de perjúrio, se tipificado no ordenamento jurídico brasileiro, visto que há um Projeto de Lei de nº 4.192/2015 em andamento na Câmara dos Deputados que visa coibir a prática de falsear com a verdade, embasando-se em jurisprudências de Tribunais superiores e doutrinas majoritariamente penais.

Levando em consideração o evidente confronto entre a norma constitucional e a norma penal, resta a seguinte indagação: Como o crime de perjúrio no Brasil irá afetar a vida do acusado/investigado, visto que sua garantia constitucional de não produzir provas contra si mesmo será solapada pela obrigação de prestar compromisso com a verdade?

Diante disso, abordará o presente trabalho se a mentira do acusado será sempre acobertada pelo princípio da não autoincriminação, pois ao mesmo tempo em que é abrangida pela ampla defesa, o princípio da verdade real deve ser alcançado em todas as fases do processo penal, pois a mentira do acusado ultrapassa o direito individual e invade os interesses coletivos da sociedade, além de ignorar a moral e o instituto da boa-fé.

Assim sendo, o primeiro capítulo focaliza na origem histórica da punição estatal e como a não tipificação da mentira do acusado se relaciona com as marcas inquisitoriais que ainda estão presentes em nosso sistema jurídico, ressaltando os valores morais que estão enraizados na sociedade.

O segundo capítulo faz uma análise de como a mentira afeta alguns crimes já previstos na legislação brasileira, como é o caso do crime de falso testemunho e falsa perícia, previstos nos artigos 342 do Código Penal.

Por fim, no terceiro e último capítulo, será estudado se a mentira praticada pelo acusado possui caráter inofensivo ou não, levando em consideração que esta mentira reflete no processo penal, o que por muitas vezes, acaba desvirtuando a realidade dos fatos que estão sendo investigados e apurados, simplesmente por estar se esquivando de suas responsabilidades por estar eivado de garantias constitucionais que o acobertam para mentir.

1 A MENTIRA: SERIA UMA QUESTÃO MORAL OU MERAMENTE PENAL?

O processo penal está diretamente atrelado aos princípios da Constituição Federal de 1988, pois todos os indivíduos possuem garantias constitucionais com determinado grau de efetividade para assegurar, por exemplo, a sua dignidade e intimidade, tendo em vista que durante uma investigação criminal, quando investigado, ou em sede de persecução penal, quando acusado, há algumas restrições ao Estado para não ultrapassar limites na vida privada do agente.

É nesse sentido que uma das garantias fundamentais do indivíduo está positivada em lei, sendo seu dispositivo encontrado no artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal que possui a seguinte redação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.¹

Este dispositivo se remete ao princípio do *nemo tenetur se detegere*, ou seja, a vedação da autoincriminação, visto que o direito de permanecer em silêncio é uma garantia para que o acusado não produza provas contra si mesmo.

Aquele que está sendo investigado/acusado possui esta garantia que é conectada a um princípio operativo em relação a todas e quaisquer normas constitucionais, e embora a sua origem esteja ligada à tese da atualidade das normas programáticas, é hoje, sobretudo, invocado no âmbito dos direitos fundamentais.² Isto quer dizer que será considerada inconstitucional qualquer interpretação que se pretenda diminuir ou retirar a eficácia de uma norma constitucional, principalmente para aqueles inseridos entre os direitos fundamentais.

Por derradeiro, cumpre salientar que o Supremo Tribunal Federal (STF) já exterioriza o seu entendimento de que o direito à não autoincriminação é aplicado para o acusado, entretanto, não será aplicado àqueles que são intimados para prestar depoimento,

¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

² CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1991, p. 162.

pois estão obrigados a prestar compromisso com a verdade sob a advertência do crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal, que será abordado no próximo capítulo. Observe a seguinte decisão:

[...] O comportamento do réu durante o processo na tentativa de defender-se não pode ser levado em consideração para o efeito de aumento da pena, sendo certo, também, que o réu não está obrigado a dizer a verdade (art. 5.º, LXIII, da Constituição) **e que as testemunhas, se mentirosas, devem elas, sem reflexo na fixação da pena do réu em favor de quem depuseram, ser punidas, se for o caso, pelo crime de falso testemunho** (STF, HC n. 72.815, rel. Min. Moreira Alves, DJU de 6.10.1995).³ – [grifo]

Neste mesmo sentido, implica demonstrar que o princípio *nemo tenetur se detegere* constitui jurisprudência pacífica na Suprema Corte brasileira, conforme exterioriza o seguinte julgado:

Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. NULIDADE. CONSTATAÇÃO. INOBSERVÂNCIA AO DIREITO AO SILÊNCIO. NEMO TENETUR SE DETEGERE. ILEGALIDADE FLAGRANTE. USO INDEVIDO DE UNIFORME MILITAR. ORDEM CONCEDIDA I – É jurisprudência pacífica no Supremo Tribunal Federal a possibilidade do investigado ou acusado permanecer em silêncio, evitando-se a auto-incriminação. II – O depoimento da paciente, ouvida como testemunha na fase inquisitorial, foi colhido sem a observância do seu direito de permanecer em silêncio. II – Ordem concedida. (HC 136331, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 13/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-140 DIVULG 26-06-2017 PUBLIC 27-06-2017)⁴

Deste modo, para que haja melhor compreensão sobre a esfera das garantias constitucionais e a criação da pretensão punitiva do Estado para coibir as práticas delituosas do indivíduo, é necessário fazer uma breve análise histórica sobre a criação do Direito Penal e de seu poder punitivo, além da efetiva origem deste direito que será destacado durante todo o trabalho.

Historicamente falando, as primeiras punições ocorreram quando se desagravava a divindade do infrator, pois a sociedade possuía a crença de que ocorriam fenômenos naturais

³ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Habeas Corpus 72.815/MS. 1ª Turma. Relator: Moreira Alves. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 06 out. 1995. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo8.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁴ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Habeas Corpus 136.331/RS. 2ª Turma. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 13 jun. 2017. Disponível em <<http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp?id=311899330&tipoApp=.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

que simbolizavam manifestações divinas (“totem”)⁵ revoltadas com a prática de atos que exigiam reparação.

Com o passar do tempo e com a evolução social, surgiu um novo conceito que envolvia desde o indivíduo até o seu grupo social. Era denominada “vingança privada”⁶. Quando a infração era cometida por membro do próprio grupo, a punição era o banimento (perda da paz), que o deixava à mercê de outros grupos, que fatalmente o levariam à morte.

Posteriormente, o Estado foi assumindo o poder para manter a segurança social, o que resultou na criação da “vingança pública”⁷, em que tinha como foco a segurança do soberano pela sanção penal, que mantém as características da crueldade e da severidade, com o mesmo objetivo intimidatório.

No início do século XIX, o positivismo jurídico se derivou a partir da doutrina de Thomas Hobbes⁸, se transformando em um sistema legal meramente formal, através de premissa dificilmente realizável: a harmonização perfeita e acabada entre a soberania popular e as leis produzidas pelos titulares do poder de legislar.

O indivíduo que descumprisse alguma norma imposta pelo Estado era compelido a cumpri-la a fim de coibir a conduta reprovada perante a sociedade na qual pertencia, fato este que deu maior força para o Estado intervir na vida do homem e controlar as suas ações, sendo este método aplicado até os dias atuais.

Com o surgimento do dever do Estado de punir, este se tornou órgão legítimo para criar um conjunto de normas estabelecidas por lei, que descrevem comportamentos considerados socialmente graves ou intoleráveis e que ameaça com reações repressivas como as penas/sanções ou com medidas de segurança.⁹

Para a efetiva aplicação de punições ao agente que infringia determinada norma, o comportamento do homem era objeto de análise frente às condutas sociais que eram consideradas lícitas e morais. Diante disso, se a conduta fosse considerada antiética, ilícita e/ou imoral, o Estado positivava em lei para que tais práticas fossem restringidas.

Dito isso, o Direito Penal foi criado como instrumento que tem a função de controlar a sociedade e dar poder ao Estado, fazendo o uso de uma intervenção institucionalizada,

⁵ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1 - Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 82.

⁶ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1 - Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 83.

⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1 - Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 84.

⁸ PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 6.

⁹ BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Vol. 1: Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017, p.1.

organizada, formalizada e socialmente aceita¹⁰, e sendo utilizado como último recurso na aplicação de sanções, ou seja, de *última ratio*.

O sistema de proteção aos bens jurídicos no âmbito penal é limitado, uma vez que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 1º, inciso III o seguinte:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III - a dignidade da pessoa humana;¹¹

E também, importante destacar alguns direitos invioláveis do indivíduo, conforme exteriorizado no artigo 5º da Lei Maior. Observe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...¹²

Isto significa que mesmo que o indivíduo possua garantias constitucionais, haverá certa limitação e repressão por parte do Estado que visa o controle social, devendo ser o Direito Penal atuação subsidiária, atuando como última alternativa para penalizar determinado agente que descumprir as normas legais impostas pelo Estado.

Por isso, o Princípio da Intervenção Mínima, ou como citado cima, o *ultima ratio*, será reservado como última medida ao qual o Estado irá recorrer para proteger determinados bens jurídicos¹³, pois já é constatado que o Direito Penal tem pouca eficácia na proteção desses bens jurídicos, se comparado com outras estratégias, como sanções administrativas e civis.

E por isso, o Direito Penal só deve ser empregado quando a violência da conduta que ele tenta coibir for maior que a violência do próprio Estado, pois esta limitação, não prevista na Constituição Federal, já vem delineada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, estabelecido no artigo VIII que “A lei apenas deve estabelecer penas estritas e evidentemente necessárias”.

¹⁰ BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Vol. 1: Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017, p. 2.

¹¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

¹² BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

¹³ JUNQUEIRA, Gustavo, VANZOLINI, Patrícia. **Manual de direito penal – Parte geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 38.

Deste modo, para que haja o restabelecimento da ordem jurídica, quando não suficientes medidas cíveis ou administrativas, as normas penais deverão ser aplicadas.

Cezar Roberto Bitencourt afirma que “o Direito Penal deve ser a *ultima ratio* do sistema normativo, isto é, deve atuar somente quando os demais ramos do Direito revelarem-se incapazes de dar a tutela devida a bens relevantes na vida do indivíduo e da própria sociedade”.¹⁴

Portanto, os recursos do Direito Penal serão os últimos a serem recorridos desde que esgotados os meios extrapenais de controle social, e somente quando tais meios se mostrarem inadequados à tutela de determinado bem jurídico.

Feita esta contextualização histórica do poder de punição do Estado, explicar a origem do princípio do *nemo tenetur se detegere* se torna mais simples.

Este princípio é consubstanciado ao instinto de preservação do homem, e por isso, a sua origem está ligada à própria existência humana, entretanto, o princípio surgiu com a evolução histórica dos direitos individuais.¹⁵

O juramento é característico em legislações antigas, como no Código de Hamurabi¹⁶, e este ato era considerado religioso, pois Deus seria o intermediador entre a verdade e a mentira, de modo que repreendia a mentira e punia aquele que a fazia¹⁷, e por isso, invocar o nome de Deus ao optar pela mentira, era o mesmo que contrariá-lo, e isso pesava a consciência do indivíduo, que posteriormente, sofreria consequências.

Já por outro lado, o princípio da não autoincriminação pode ter se originado no Direito Hebraico, pois a lei naquela época vedada a confissão ou o testemunho contra si mesmo.¹⁸

Para Carlos Henrique Borlido Haddad, tal princípio teria surgido a partir do Direito Romano, pois naquele tempo o acusado era torturado para ser compelido a falar a verdade, além de que a defesa era por si próprio produzida, e por isso, era muito difícil ter a liberdade de autodeterminação que o permitisse ficar calado ou falar o que fosse apropriado para ele.¹⁹

¹⁴ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1 - Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 56.

¹⁵ HADDAD, Carlos Henrique Borlido. **Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação**. Campinas: Bookseller, 2005, p. 89-90.

¹⁶ QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 29.

¹⁷ HADDAD, Carlos Henrique Borlido. **Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação**. Campinas: Bookseller, 2005, p. 66.

¹⁸ TROIS NETO, Paulo Mário Canabarro. **Direito à não autoincriminação e direito ao silêncio**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 82.

¹⁹ HADDAD, Carlos Henrique Borlido. **Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação**. Campinas: Bookseller, 2005, p. 99-100.

Durante a Idade Média, no período inquisitório, a verdade era pré-concebida²⁰, ou seja, o acusado era obrigado a responder todos os questionamentos e a tortura era aplicada para chegar à confissão, visto que havia uma prévia convicção em relação à culpabilidade do acusado e a prática da tortura corroborava essa convicção.

Neste mesmo período, a confissão do acusado era artefato essencial para incriminação de um indivíduo, pois a sua palavra já era prova suficiente para convencimento do julgador. Entretanto, frisa-se que essa confissão não era vista somente no mundo jurídico, mas também, principalmente, na religião, pois se o acusado se arrependesse, ele estaria se arrependendo de seus pecados para se redimir com a igreja e sua comunidade.²¹ Ou seja, o processo penal era visto como forma de punir um pecado.

Vale ressaltar que naquela época, o princípio da verdade real entra totalmente contraposto ao da atualidade, até mesmo porque o livre convencimento do juiz não era nítido, mas sim visto de forma sigilosa, o que não garantia o dever de contraditório e ampla defesa ao acusado, pois a verdade só era revelada quando o julgador estivesse satisfeito com a verdade de acordo com a sua própria interpretação.

A confissão havia se tornado a rainha das provas, não sendo apenas a prova máxima, mas também uma expiação²², tornando legítima a prática de tortura com o objeto de se alcançar a verdade real²³, princípio este que é aplicado até os dias atuais no Processo Penal.

Leciona o doutrinador Fernando da Costa Tourinho Filho sobre os poderes do juiz e o valor probatório das partes. Veja:

Acusado e ofendido são sujeitos da relação jurídico-material. Situam-se em polos diferentes. Um pratica a ação delituosa; outro sofre a mesma ação. Suas palavras, por conseguinte, por si só, não merecem crédito, dados os interesses em jogo. Grosso modo ambos procuram narrar os fatos a sua maneira e, assim, suas declarações devem ser aceitas com reservas.²⁴

²⁰ QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 31.

²¹ LIMA, Lana Lage da Gama de. **A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial**. 1990. 831 f. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

²² QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 100.

²³ RAMOS, André de Carvalho. Limites ao poder de investigar e o privilégio contra a auto-incriminação à luz do Direito Constitucional e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: CUNHA, Rogério Sanches; GOMES, Luiz Flávio; TAQUES, Pedro (Coord.). **Limites constitucionais da investigação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 10.

²⁴ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 541.

Sendo assim, a quantidade de elementos probatórios que surgiram na época inquisitorial era eivada de verdade absoluta, pois não havia contraposição com normas morais, políticas e econômicas.

Na Inglaterra, por exemplo, onde é adotado o *common law*, os tribunais eclesiásticos não se estabeleceram da mesma forma ao procedimento acusatório, e isso ajudou a criar um ambiente que desenvolvesse o direito de não contribuir com a autoincriminação.²⁵

Na Constituição brasileira de 1824, a tortura foi expressamente extinta e o Código de Processo Penal de 1832 desobrigou o acusado a responder perguntas ou a prestar juramento.²⁶

Na Constituição de 1891, “o acusado se assegurará na lei a mais plena defesa, com todos os recursos e meio essenciais a ela”²⁷, e essa plenitude de defesa, indiretamente, se direciona ao direito de permanecer em silêncio, que se relaciona ao princípio da ampla defesa.

Com o passar do tempo, a confissão foi perdendo sua força para que não houvesse hierarquia entre as provas, até mesmo para que as outras provas trazidas aos autos fossem analisadas pelo magistrado com a mesma atenção, sobretudo porque o juiz tem a prerrogativa de requerer provas complementares e subjetivas.

E a partir disso, o livre convencimento motivado ganhou credibilidade no processo penal.

Reforçando o tema da aplicação de sanções penais, é importante dizer que para infiltra-la num Estado Democrático de Direito, é preciso conhecer o significado e o alcance dos princípios limitadores do *ius puniendi*, pois o Estado não é detentor de direitos, apenas exige aquilo que é de interesse dos demais indivíduos.

Isto quer dizer que os indivíduos exigem como direito seu que o Estado aplique o mecanismo de controle social do Direito Penal. Ou seja, cabe ao Estado o dever de punir, mas não o direito.²⁸

Por isso, a proteção dos bens jurídicos é exercida como pretensão utópica de realização da justiça absoluta por intermédio da norma, sendo de caráter essencial para o desenvolvimento do indivíduo em sociedade como justificação imprescindível da identificação do caráter penal da norma de controle social.²⁹

²⁶ TROIS NETO, Paulo Mário Canabarro. **Direito à não autoincriminação e direito ao silêncio**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 94.

QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 29.

²⁸ BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Vol. 1: Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017, p. 17.

²⁹ BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Vol. 1: Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017, p. 16.

Ao tratar do Sistema Penal Brasileiro, é importante salientar que há certas restrições que nunca poderão ser impostas ao indivíduo, pois, por mais que o ato delituoso seja de maior gravidade, algumas sanções jamais poderão ser aplicadas, como previstas no art. 5º, XLVII da Constituição Federal. Observe:

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;³⁰

Neste ponto, retornemos à aplicação do Direito Penal como *ultima ratio*, demonstrando que a intervenção mínima pode exercer outro papel para o fim de impedir a incidência desarrazoada de tipos e de sanções penais, uma vez que há diversos tratamentos para os diversos tipos de fato criminoso.

Pois bem, para que o Estado possa aplicar uma pena ao indivíduo, essa pena deve, necessariamente, estar prevista na legislação.

Sabe-se que nunca haverá sanção por mero consentimento ou por dúvida, até mesmo porque, no Direito Penal, existe um entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o princípio do *in dubio pro reo*, no sentido de que, havendo dúvida, o caso deve ser decidido de forma mais favorável ao agente.

Trata-se do *Nullum crimen nulla poena sine lege*, quando não há possibilidade de existir crime sem que isso esteja previsto em lei, não sendo possível também a aplicação de pena a um indivíduo, sem que esta esteja, também, prevista em lei.

E por isso, para se referir ao tema do presente trabalho, é feita uma análise do termo punitivo do Estado que eventualmente se aplicaria caso houvesse a tipificação do crime de perjúrio no sistema jurídico brasileiro, visto que atingiria o âmago da Constituição Federal, uma vez que o acusado/investigado é acobertado pelo princípio do *nemo tenetur se detegere*.

Isto é afirmado porque o direito positivo assegura a liberdade de declaração, que se divide em três vertentes: a supressão do juramento, o direito de ficar em silêncio e a inexigibilidade de o acusado se confessar como culpado.³¹

³⁰ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

³¹ HADDAD, Carlos Henrique Borlido. **Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação**. Campinas: Bookseller, 2005, p. 183.

Certamente, para que haja a imposição de nova lei ou seja efetivada como nova Emenda à Constituição, a sua tipificação deve estar em consonância com diversos princípios do processo penal, e o princípio da legalidade é, dentre eles, essencial.

Para Paulo César Busato, o princípio da legalidade pode ser fundamento politicamente e tecnicamente, quando afirma que:

[...] não basta considerar o princípio de legalidade um instrumento jurídico, relacionado apenas com a norma posta, como um filtro jurídico do direito positivo. É preciso ir além e enxergar o contexto histórico de seu desenvolvimento e tudo o que se pretendeu alcançar através de sua afirmação. Visto assim, entra em evidência, antes de tudo, a sua dimensão política, que significa o predomínio do Poder Legislativo como órgão que representa a vontade geral frente aos outros poderes do Estado para, a seguir, merecer consideração sua dimensão técnica, que expressa a forma de como devem os legisladores formular as normas penais.³²

No mesmo contexto, há outros princípios extremamente relevantes quando ligados à legalidade: o *nulla poena sine lege*, mais conhecido como princípio da garantia penal, o qual determina que não poderão ser aplicadas penas que não hajam sido previamente estabelecidas por lei; e o *nemo damnetur nisi per legale iudicium*, que determina que deverá haver um juiz competente para prolatar sentença penal condenatória em Tribunal que também seja competente, além de ter todos os atos publicados, estritamente ligado ao princípio da publicidade, que dará oportunidade de formulação de provas tanto em favor da defesa, como para a acusação.³³

Há um outro princípio constitucional expresso no artigo 5º, XL da Constituição Federal, que dá, mais uma vez, ênfase para o princípio da legalidade que determina que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.³⁴

Isto implica dizer que toda lei, em princípio, rege para o futuro os fatos desde sua entrada em vigor. Precisamente, a exigência de uma *lex* prévia constitui uma barreira à retroatividade das leis penais.

Na visão de Miguel Reale acerca do tipo penal, ele recomenda que:

A elaboração do tipo não é aleatória, a ordem e o significado são ínsitos à ação, cabendo, por reflexão e abstração, traçar de modo paradigmático o perfil e o sentido do comportamento. O modelo construído refere-se, portanto, a comportamentos futuros e previsíveis, aos quais se atribuem

³² BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Vol. 1: Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017, p. 29.

³³ BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Vol. 1: Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017, p. 37.

³⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018.

determinadas consequências jurídicas”.³⁵ De outro lado, a tipicidade pode ser caracterizada como o encaixe da conduta delituosa do agente, ou da própria omissão, à descrição contida na lei penal, ou seja, é a correspondência do fato ao modelo.³⁶

Ao abordar o tema acerca de tipicidade, é necessário entender que quando se remete a um fato delitivo, nem só de tipicidade ele é feito. Isto é, há a existência também da antijuridicidade ou da ilicitude, que também devem ser estudadas sob a mesma égide. Ou seja, é a conduta contrária ao ordenamento jurídico.

Além disso, existem funções de tipo, as quais são divididas em algumas classificações, quais sejam: função seletiva, função de garantia, função indiciária da ilicitude e de delimitação do *iter criminis*. Analisaremos cada uma a seguir.

A função seletiva é aquela que determina o que é e o que não é crime. Após essa análise, que não é absoluta, observa-se que a conduta praticada também é eivada de culpabilidade e ilicitude. Já a função de garantia é estritamente ligada ao princípio da legalidade e ao *jus puniendi*, ou seja, ao direito do estado de punir, fato que traz ao cidadão a segurança de saber se a sua ação é punível ou não.³⁷

Além dessas duas funções acima citadas, há também a função indiciária da ilicitude, a qual está ligada à atipicidade da conduta, caso o fato seja atípico, conseqüentemente, também se tornará ilícito.

A função de delimitação do *iter criminis*, a qual dispõe a importância de quando delimitar quando o sujeito ingressa na esfera penal, se remete ao tempo que deverá ele ser punido, que é importante ser reconhecida no início da execução do delito.³⁸

Deste modo, após esta breve análise panorâmica no âmbito penal, faz-se justa uma breve abordagem ao conceito do Direito Penal, que como já acentuado, não é considerado um direito autônomo, mas sim busca a necessidade de assecuramento do direito positivo.

Nesse passo, no ponto de vista do direito positivista, para se falar em Direito Penal, deve haver um crime, que será necessariamente composto de um fato típico, ilícito e culpável, que em alguns casos, há certas exceções que irão determinar se será um crime punível ou não, como num caso que houver marcas de excludente de ilicitude, onde o agente não irá cumprir nenhuma pena pelo ato praticado, que na ótica da legislação, seria condenável.

³⁵ REALE, Miguel. **Instituições de Direito Penal – Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v. 1, p. 136.

³⁶ PACHELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 261.

³⁷ PACHELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 264.

³⁸ PACHELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 264.

Para melhor tratar de uma prática eivada de uma excludente de ilicitude, Eugênio Pacelli narra que:

As excludentes da ilicitude deveriam ser reservadas para aqueles comportamentos cuja prática seja sempre excepcional, justificados por circunstâncias alheias à vontade do agente e somente admitidas por critérios de ponderação entre os danos por ele causados e aqueles que adviriam de condutas/fatos de terceiro ou do acaso, cujo resultado não devesse ser suportado por aquele que não lhe deu causa.³⁹

Um exemplo muito comum que na maioria das vezes é até alegada pela defesa técnica num processo penal, é a de legítima defesa, que pode resultar em absolvição do réu, justamente porque a conduta do agente é aceita e tolerada por ter sido realizada em razão de provocação de ação injusta do agressor⁴⁰, como num crime de homicídio.

No mundo criminal, há um princípio muito utilizado e bem visto nas doutrinas, que é princípio do *ne bis in idem*, que determina que o agente não poderá ser punido duas vezes pela mesma razão e sendo assim, estão estritamente vinculados aos princípios da proporcionalidade e da legalidade, isto porque deve haver uma medida proporcional que seja aplicada ao fato delituoso e se houvesse punição dupla pelo mesmo ato, seria uma forma de abuso punitivo estatal.

Se tratando novamente do princípio da legalidade, é indevida a reaplicação de uma pena que já é tipificada na legislação penal, pois se acumuladas duas penas de um mesmo crime, certamente a soma das duas sanções resultaria em uma sanção que não está prevista em lei, e isso retoma ao princípio da proporcionalidade.

Pois bem, há um entendimento pacificado entre os doutrinadores e juristas que o Direito Penal tem o dever de proteger os bens jurídicos. Mas o que seriam esses bens a serem tutelados pelo Estado? Para afirmar que determinada conduta delituosa não bastaria que conjecturasse uma infração de uma norma ética ou divina, seria necessário antes de tudo a prova de que lesiona interesses materiais de outras pessoas, isto é, de que lesiona bens jurídicos.⁴¹

Isto quer dizer que uma conduta praticada pelo indivíduo só pode ser castigada ou punível se ferir um interesse particular ou até mesmo social, que seria um bem jurídico⁴². Um

³⁹ PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 193.

⁴⁰ PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 193.

⁴¹ PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 197.

⁴² TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 372.

exemplo notável e corriqueiro: o crime de homicídio, conforme citado alhures, é punível por que? Porque certamente o Estado deve tomar medidas cabíveis para que a sociedade esteja segura e que cada indivíduo tenha preservado seu bem mais precioso: a vida. Portanto, a vida é o bem jurídico tutelado quando relacionado aos crimes contra a vida (homicídio, infanticídio, aborto, entre outros).⁴³

Todo ato ilícito irá gerar consequências, ainda que seja somente a reparação de danos, pois a tutela jurisdicional do Estado exterioriza isto caso houver o descumprimento legal ou algum prejuízo a terceiro, certo que alguém deverá arcar com este prejuízo.

E fazendo uma comparação com o crime de perjúrio que será analisado neste trabalho, ele certamente, além do dever de estar em consonância com as normas constitucionais, deve respeitar também a ética e a conduta moral, pois conforme elucida Miguel Reale “a conduta moral é aquela referente ao homem em relação a si mesmo, em que este tem autonomia para escolher a sua conduta de acordo com o que se considera como sendo felicidade”.⁴⁴

Neste aspecto moral, o processo penal, por um lado, tem a finalidade imediata de descobrir a verdade e, também, aplicar a justa e efetiva lei penal consagrada no nosso ordenamento jurídico.⁴⁵

Entretanto, há uma diferença entre certeza e verdade, ao passo que a verdade é relacionada a um estado subjetivo ao qual o indivíduo cria uma crença para acreditar naquilo que o convém de acordo com as suas convicções⁴⁶. Por outro lado, a certeza tem o condão de apresentar aspectos relacionados à realidade, que se torna uma questão mais objetiva.⁴⁷

O saber ético estritamente ligado com a moral não possui natureza normativa, pois não é ligado ao dever-ser ético, como frisa Hans Kelsen em sua obra “O que é justiça e O problema da justiça”, autor substancialmente positivista. No entanto, a norma ética tem o poder de determinar o que é certo e o que é errado, como sendo meta humana frente a diversos fatores viciosos na sociedade.

O indivíduo cria seus próprios conceitos e padrões éticos e os pratica na sociedade, que também cria seus próprios padrões e os envia por meio de tradições, procedimentos,

⁴³ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 372. REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 39.

⁴⁵ ARAÚJO, José Osterno Campos de. **Verdade processual penal**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006, p. 56.

⁴⁶ MALATESTA, Nicola Framarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. Tradução de Paolo Capitano. Campinas: Bookseller, 1996.

⁴⁷ MALATESTA, Nicola Framarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. Tradução de Paolo Capitano. Campinas: Bookseller, 1996.

regras e exigências⁴⁸, que a partir daí, surge a força ético-normativa que rege a sociedade num todo.

E o homem, em seu estado de natureza, é carregado de comportamentos que necessitam de reprimenda, pois a sociedade num todo é uma necessidade natural do homem em relação às suas vontades humanas, que cedem à sua liberdade ao Estado para organizar essa convivência.

Assim sendo, o Estado tem na sua função de garantir a coexistência pacífica e livre entre os cidadãos, respeitando os direitos humanos e também protegendo, utilizando-se do Direito Penal quando não houver outro meio adequado de índole civil e/ou administrativa, a vida, a integridade física, a liberdade etc., sendo estes, bens jurídicos relevantes e, por isso, dignos de tutela penal.⁴⁹

Diante disso, para que se compreenda o tema em questão, fica a seguinte indagação “por que o ordenamento jurídico brasileiro comporta a ilicitude da postura do indivíduo que não fala a verdade, sem considerá-la passível de punição quando retirada tal tipicidade, como artifício indispensável para caracterização de um crime?”.

Para abordar o tema que será tratado no presente trabalho, importante destacar que o processo penal também possui direitos e garantias que versam a matéria para que o acusado/investigado possua determinada segurança jurídica e não seja prejudicado, caso comprovada a sua inocência ou por motivos de insuficiência de provas, etc. Observe como acentua Fracisco Chumenti:

[...] tanto o acusador quanto o acusado representam no processo penal interesses públicos, porque o Estado tem tanto interesse na punição de um culpado quanto na absolvição de um inocente e tutela de igual modo a segurança pública e a liberdade individual.⁵⁰

Deste modo, conforme já asseverado alhures, a verdade é o escopo absoluto do processo penal, e que deve ser respeitada pelos princípios constitucionais em todas as fases, seja de um procedimento investigativo, seja de uma persecução penal em curso, que deverão respeitar diversos princípios constitucionais, entre eles os da dignidade da pessoa humana e do devido processo legal.

⁴⁸ BITTAR, Eduardo Bianca. **Curso de Ética Jurídica**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 52.

⁴⁹ PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 198.

⁵⁰ CHUMENTI, Francesco. **O processo penal e a verdade material**. Rio de Janeiro, 1995, p. 7.

2 A CRIMINALIZAÇÃO DOS DISCURSOS NO DIREITO PENAL

Notoriamente, todo processo, seja na esfera cível ou penal, possui um juiz que tem a função de, além de julgar, procurar provas robustas para que seja formado o seu convencimento, e sua verdade acerca dos fatos.

Para Guilherme de Sousa Nucci, a verdade real é aquela que se busca para que esteja mais próxima da realidade no âmbito do processo penal.⁵¹

Ao fazer uma análise sobre a tipificação do crime de perjúrio no ordenamento jurídico brasileiro, primeiramente devem ser mencionados alguns crimes que já estão previstos em lei no país, cuja relação está ligada à mentira, observando que estes crimes atingem interesses de terceiros e afastam o magistrado do princípio da verdade real.

Antes de abordar esses crimes no presente capítulo, cumpre destacar a importância da ética e da moral não só aplicadas no ordenamento em si, mas principalmente nas ações de cada indivíduo, pois a mentira, além de uma rotina na vida do homem, se estiver presente na esfera penal, será considerada um crime.

Por isso, nota-se que o processo penal é a ferramenta ou o próprio remédio do Estado aplicado na sociedade para repressão de atos ilícitos, aplicando na maioria das vezes, uma sanção, seja através de cumprimento de pena e/ou multa. Entretanto, os comportamentos individuais devem ser analisados para que sejam criadas soluções com justiça aos problemas exibidos.

Há determinados princípios que são norteados pelo processo penal, como o da verdade real, citado acima, que se enquadram dentro da ética profissional, a qual visa estimular a boa-fé e a lealdade nas práticas processuais, reiterando, também, a finalidade do princípio do devido processo legal⁵².

Ao entender que o acusado tem o dever de auxiliar para o esclarecimento dos fatos, mas que obviamente, terá o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, é indene de dúvidas que não haverá outra parte, se não ele próprio, para melhor elucidação dos fatos, pois a sua colaboração ou confissão podem ensejar em diminuição de pena ou outros benefícios *pro reu*.

⁵¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 104.

⁵² ARAÚJO, José Osterno Campos de. **Verdade processual penal**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006, p. 91.

Apesar de o acusado partir do pressuposto que mentir poderá ser um livramento de culpa, ele deve ter o pleno conhecimento que falar a verdade poderá trazer muito mais benefícios no momento de realizar a dosimetria da pena, ao levar em consideração, por exemplo, a eficácia do instituto da delação premiada ou até mesmo pela confissão, como dito acima.

Se tratando de confissão, este instituto pode ser visto como ferramenta hábil para incentivar o acusado a falar a verdade para agir também em conformidade com suas lições morais e principiológicas que a sociedade impõe, até mesmo desde a infância, quando os pais ensinam à criança que mentir é a coisa errada.

Como já vem sendo explanado neste trabalho, a norma constitucional garante ao acusado o direito de mentir para não se autoincriminar, porém, do outro lado, a lei processual não garante às testemunhas este mesmo direito – à mentira -.

O artigo 342 do Código Penal estabelece essa regra, a qual não aderiu a elementar do juramento, o qual se tornou insignificante para a caracterização delitiva.

O crime de falso testemunho ou falsa perícia, tipificado no artigo 342, do Código Penal, diz que:

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n. 12.850/2013).⁵³

Este delito é classificado como um crime contra a Administração da Justiça e para Fernando Capez, o agente sabe a verdade, mas opta por não dizê-la, ou seja, nega a verdade; afirma a ocorrência de um fato inverídico, ou pratica o fenômeno mais conhecido como reticência, quando a pessoa se recusa a dizer o que sabe sobre os fatos⁵⁴.

Este delito é consumado no momento em que é feita a afirmação falsa sobre determinado fato juridicamente relevante para elucidação e formação de convicção do juiz. Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. CRIME DE FALSO TESTEMUNHO. TEORIA SUBJETIVA. MOMENTO CONSUMATIVO. DELITO FORMAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

⁵³ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018:

⁵⁴ CAPEZ, Fernando; PRADO, Estela. **Código Penal Comentado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 707.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.
2. A falsidade necessária à configuração do crime tipificado no artigo 342 do Código Penal deve ser aferida do contraste entre o depoimento prestado e a ciência da testemunha de que as informações por ela expostas não coadunam com o conhecimento dos fatos de que é possuidora (teoria subjetiva).
3. "O crime de falso testemunho é de natureza formal, consumando-se no momento da afirmação falsa a respeito de fato juridicamente relevante, aperfeiçoando-se quando encerrado o depoimento" (AgRg no REsp. n. 1.269.635/MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, 23/9/2013).
4. Habeas corpus não conhecido. (HC 315.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 06/09/2016)⁵⁵

O compromisso de dizer a verdade se origina como mera garantia de natureza formal, pois é concedido ao depoimento maior valor probatório, mas adverte ao depoente a responsabilidade que mantém com a justiça, posto que tudo que será dito, será declarado como verdadeiro.⁵⁶

A prova testemunhal é um dos meios de prova mais importantes, sendo um dever ético e jurídico.

Entretanto, não se pode confundir a recusa em responder com recusa de depoimento, pois a primeira reporta-se a uma determinada pergunta, enquanto que a segunda significa recusa ao dever de testemunhar, que se relaciona aos sujeitos que se tornam desobrigados a testemunhar perante o juiz.

Mentir sem compromisso se torna tão grave quanto mentir sob juramento, sobretudo porque através do princípio do livre convencimento motivado do juiz, poderá levar a erro o julgador, e isso necessariamente prejudica e obstrui a justiça, e como aduz Faria “não faz desaparecer o delito, máxime no sistema da livre convicção na apreciação da prova”.⁵⁷

No aspecto objetivo, o indivíduo que depõe sobre um fato que não viu ou ouviu, mas que discorreu da forma que efetivamente aconteceu, não seria classificado como falso testemunho, pois não houve alteração entre o que foi narrado e o que realmente ocorreu.⁵⁸

⁵⁵ BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Habeas Corpus 315.456/SP. 5ª Turma. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 06 set. 2016. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/386926091/habeas-corpus-hc-315456-sp-2015-0022078-1/inteiro-teor-386926110?ref=juris-tabs>>. Acesso em 15 jun. 2018.

⁵⁶ PONTE, Antonio Carlos da. **Falso testemunho no processo**. São Paulo: Atlas, 2000.

⁵⁷ FARIA, Bento de. **Código Penal brasileiro comentado: parte especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1961. v. 7.

⁵⁸ CAPEZ, Fernando; PRADO, Estela. **Código Penal Comentado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 707.

Este é um crime considerado de mão própria. Não há partícipe ou co-autor⁵⁹. Isto quer dizer que o ato praticado só pode ser consumado pelo próprio agente, sendo considerado um ato personalíssimo.

O que pode ocorrer é uma testemunha ser orientada para fazer uma afirmação falsa ou negar a verdade para não piorar a situação do acusado, o que acontece muitas vezes até mesmo por instrução do advogado, que induz a testemunha para agir de tal maneira.

O artigo 343 do Código Penal exterioriza que se alguém influenciar a testemunha para fazer afirmação falsa ou calar a verdade, está participando também do crime, pois, nitidamente, está agindo indiretamente para que haja uma alteração dos fatos do processo ou do procedimento investigatório. Observe o artigo:

Art. 343. Dar, oferecer, ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação, ainda que a oferta ou promessa não seja aceita. Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, aplica-se pena em dobro.⁶⁰

Sendo assim, deve ser demonstrada a diferença entre os artigos 342 e 343, ambos do Código Penal, tendo em vista que a autoria do delito do artigo 342, CP é praticada pela própria testemunha, enquanto que a autoria do artigo 343, CP é do agente partícipe, o qual age indiretamente para que tal conduta seja realizada.

Embora o artigo 343 do CP demonstre que este crime seja um “suborno de testemunha”, há certa atipicidade se um advogado, por exemplo, influenciar a testemunha para que não haja maior prejudicialidade ao seu cliente, de modo que tal conduta afeta a investigação criminal de determinado fato atípico.

Observe o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o referido tema, que admite a retratação:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FALSO TESTEMUNHO. ART. 342 DO CÓDIGO PENAL. RETRATAÇÃO EM JUÍZO ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. § 2º DO ART. 342 DO CÓDIGO PENAL.
1. O trancamento do processo no âmbito de habeas corpus é medida excepcional, somente cabível quando demonstrada a absoluta ausência de

⁵⁹ CAPEZ, Fernando; PRADO, Estela. **Código Penal Comentado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 707.

⁶⁰ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

provas da materialidade do crime e de indícios de autoria, a atipicidade da conduta ou a existência de causa extintiva da punibilidade.

2. Nos crimes de falso testemunho ou falsa perícia, o legislador entendeu configurar causa extintiva da punibilidade do agente o fato de ele retratar-se (ou dizer a verdade) em juízo, antes de proferida a sentença.

3. O acusado retratou-se nos autos da ação criminal que investiga crime de homicídio, ao afirmar - antes de qualquer decisão proferida pelo Tribunal do Júri - que seu advogado o havia orientado para afirmar que trabalhou para o réu no dia dos fatos, enquanto que, na verdade, encontrava-se em casa.

4. Recurso provido para ratificar a liminar anteriormente deferida, com o fim de determinar o trancamento do processo n.

0010156-49.2014.8.13.0671, em trâmite na Vara Única da Comarca de Serro/MG, em virtude da extinção da punibilidade.

(RHC 52.539/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 06/04/2015)⁶¹

No mesmo sentido, exterioriza a Suprema Corte:

FALSO TESTEMUNHO. CO-AUTORIA PELO CRIME DO ARTIGO 342, PARAGRAFO 1, DO CÓDIGO PENAL, ATRIBUIDA A ADVOGADO. II. E ELA ADMISSIVEL, EM TESE, E NÃO JUSTIFICA O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL COM DENUNCIA RECEBIDA, PELO SIMPLES FATO DA MESMA INVOCAR, COMO FORMA DE CONCURSO, O PEDIDO A TESTEMUNHA PELO ADVOGADO DO RÉU. III. E QUE NO DECURSO DA INSTRUÇÃO, CABE MELHOR DILUCIDAÇÃO DO CONCURSO, O QUAL PODE GERAR ADITAMENTO A DENUNCIA (C.P.P., ART. N 569), E, ADEMAIS, AMPLO E O CONCEITO DE PEDIDO, PODENDO SEM DIFICULDADE, SERVIR DE ANTECEDENTE CAUSAL DECISIVO NA PRODUÇÃO DO EVENTO CRIMINOSO, NOS TERMOS DOS ARTS. NS. 25 E 27 DO CODGIO CITADO. IV. RECURSO NÃO PROVIDO. (RHC 53565, Relator(a): Min. THOMPSON FLORES, Segunda Turma, julgado em 12/08/1975, DJ 19-09-1975 PP-06734 EMENT VOL-00997-05 PP-01138)⁶²

Neste contexto, útil se mostra o ensinamento de Damásio de Jesus:

Em face do CP (LGL\1940\2) brasileiro, o falso testemunho não admite participação. Assim, embora pareça estranho e injusto, não há crime no fato de alguém induzir ou instigar testemunha a cometer o falso. Só a testemunha responde pelo delito do art. 342 do CP (LGL\1940\2), o terceiro fica impune. Ocorre que o legislador, no tema do falso testemunho, criou exceção pluralística ao princípio unitário do concurso de agentes. Quando se trata de suborno de testemunha, esta responde pelo crime do art. 342, aquele que dá,

⁶¹ BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Recurso Ordinário em Habeas Corpus 52.539/MG. 6ª Turma. Relator: Ministro Rogério Shietti Cruz. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 06 abr. 2015. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153352821/recurso-em-habeas-corpus-rhc-52539-mg-2014-0261967-8>>. Acesso em 15 jun. 2018.

⁶² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus 53.565/SP. 2ª Turma. Relator: Ministro Thompson Flores. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 19 set. 1975. Disponível em: <https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/RHC_53565_SP_1278672566198.pdf?Signature=%2FUF8ZkdldSB0uiRymeJKq%2BS0Xic%3D&Expires=1538683201&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=a5c35979fb32c0d54c5ca293df6834c4>. Acesso em 15 jun. 2018.

oferece ou promete dinheiro ou qualquer outra vantagem à testemunha, a fim de que ela cometa o falso, sofre as penas do art. 343.⁶³

Pode-se dizer que o delito previsto no artigo 343, CP é um *delictum sui generis*⁶⁴, por se tratar de uma conduta expressamente tipificada que tem característica própria em relação à generalidade do crime de falso testemunho previsto no artigo 342, CP.

Entretanto, há algumas exceções previstas no Código de Processo Penal que limitam as condições de quem deve prestar o compromisso de testemunha para dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, conforme artigo 203 do CPP. Observe o seu teor:

Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.⁶⁵

Por outro lado, a lei processual afasta certos sujeitos da obrigação de depor como testemunha, conforme explanado pelo artigo 203 do CPP.

Entre esses sujeitos encontram-se os doentes e deficientes mentais, pessoas que possuam relação afetiva conjugais ou de parentesco com o acusado, menores de 14 anos, etc, conforme exterioriza o artigo 208 do CPP:

Art. 208. Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206.⁶⁶

Há ainda outros sujeitos que são eximidos desta obrigação que estão classificados no artigo 206 do CPP. Veja:

Art. 206. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o

⁶³ JESUS, Damásio de. **Direito Penal – Parte Especial**. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 243-245.

⁶⁴ CAPEZ, Fernando; PRADO, Estela. **Código Penal Comentado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 707.

⁶⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

⁶⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.⁶⁷

Neste sentido, a dispensa do compromisso não o exime da obrigação de dizer a verdade, pois o dever de testemunhar é visto como público, sendo que o falso testemunho pode induzir o magistrado ao erro, o que prejudica notoriamente a administração da justiça.

Além do crime de falso testemunho, encontra-se também no mesmo dispositivo (art. 342, CP), o crime de falsa perícia, que somente poderá ser cometido por um *expert*, ou seja, sujeito especializado em determinada área técnica que tenha a capacidade de confeccionar um laudo ou parecer sobre determinado fato, ou por intérprete.

Sendo assim, imagine quão enormes seriam os prejuízos para o princípio da verdade real ao passo que estariam impossibilitando o magistrado de chegar à uma conclusão que se assemelha à verdade, e por muitas vezes, acabar inocentando um acusado porque o meio de prova juntado aos autos, como no caso da perícia, estaria falsificado.

Retornando ao ponto da autoincriminação, repare que a mentira do acusado no processo penal considerado sem tipicidade no ordenamento jurídico brasileiro se dá em virtude da garantia que é dada ao acusado de permanecer em silêncio, o qual se vincula à garantia de inocência, pois caso o acusado decida por falar a verdade, ele poderá sofrer consequências irreversíveis, tendo em vista o valor probatório de sua palavra ou na confissão. Por outro lado, poderia, também, sofrer a imputação do crime de perjúrio, caso tipificado.

A inclusão do direito de permanecer em silêncio, tema que já foi adequado ao capítulo anterior, e será explanado novamente no próximo capítulo, revela o contexto constitucional que representa a opção por um processo com limites à persecução penal⁶⁸, pois representa um direito de resistência em face do Estado, no qual será inserido em direitos fundamentais de primeira dimensão.⁶⁹

Isto quer dizer que a possibilidade do acusado permanecer em silêncio é aplicada de maneira direta e imediata, e apesar de não ser tipificado o crime de perjúrio no sistema jurídico brasileiro, esta postura também se assemelha a alguns delitos que são presentes de juridicidade, como o crime de falso testemunho, direcionado às testemunhas.

⁶⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018..

⁶⁸ QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 77-79.

⁶⁹ QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 77-78.

Quando há discrepância entre depoimentos os depoimentos prestados pelas testemunhas, o instituto conhecido por “acareação” é invocado para que se possa encontrar qual depoimento mais se aproxima com a realidade dos fatos. Entretanto, se houver dúvidas, se torna necessária a utilização do princípio *in dubio pro reu*, pois este princípio sempre prevalece diante do risco de se condenar alguém com base em meras suposições ou quando as provas se restarem insuficientes de valor probatório que indiquem a autoria e materialidade.

Isto é dito porque o depoimento das testemunhas não pode ser o único meio de prova para se condenar ou absolver o réu. Deve ser levada em consideração a própria palavra do acusado – o que remete novamente ao direito de não se auto incriminar, podendo suas palavras estarem caracterizadas de mentira -, provas documentais, perícia e etc.

Pois bem. Com a evolução do tema, já é possível fazer uma análise da garantia contra a autoincriminação em relação às decisões de Tribunais Constitucionais e de Cortes Supremas da Europa e dos Estados Unidos da América. Veja o ponto de vista de Marcelo Schirmer Albuquerque quanto ao *nemo tenetur se detegere* e a valoração probatória:

O certo, porém, é que em países de reconhecida tradição no âmbito dos direitos humanos e em outros de também indiscutível desenvolvimento nas dogmáticas Penal e Processual Penal, o *nemo tenetur se detegere* quase nunca vai além da prerrogativa de se calar em interrogatório ou de se recusar a depor, protegendo o acusado contra a obrigatoriedade de emitir declarações verbais de conteúdo, em nada interferindo na questão probatória, contexto em que sequer é estudado. Por isso, ao dar início ao estudo da questão no Direito Comparado, Maria Elizabeth Queijo anuncia que [...] na questão probatória os ordenamentos jurídicos por ela pesquisados, em geral, alternam-se entre duas soluções – a execução coercitiva da medida que obrigue o acusado a prestar a colaboração exigida ou a aplicação de sanções por desobediência –, razão pela qual conclui que, ‘praticamente, reconhece-se, de forma não expressa, um dever de colaboração do acusado na produção das provas’.⁷⁰

Ao observar o ordenamento jurídico de Portugal, em seu artigo 126, item 1; v. art. 32, nº 8 da Constituição, vê-se que “são nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas por meio de tortura, coação ou, em geral, ofensa da integridade física ou moral das pessoas”, além de que é assegurado o direito ao silêncio no artigo 343, item 1 do CPP.

Já o ordenamento jurídico francês não possui previsão acerca do direito de autoincriminação. Todavia, há leis que exigem algumas exigências que acabam

⁷⁰ ALBUQUERQUE, Marcelo Schirmer. **A garantia de não auto-incriminação: extensão e limites**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 59.

autoincriminando o agente, como por exemplo, na realização de coleta de sangue para comprovar determinada infração penal no caso de uso de entorpecentes.

Em outros países, como na Dinamarca, Bélgica e Noruega, também se admite a submissão do acusado ao exame *in corpore*, ou seja, intervenção corporal, mas deve haver fundada suspeita ou indícios suficientes de autoria para realização de tal mecanismo.

Na Alemanha, o direito ao silêncio possui exceção, quando se diz respeito a fatos que incriminem o depoente ou seus parentes (StPO, § 55, itens 1 e 2), fase em que não é admitido o juramento pelo acusado (StPO, § 60). De acordo com Maria Elizabeth Queijo, no direito processual alemão, a extração coercitiva de sangue do acusado e outras ingerências corporais, sem o seu consentimento, não são consideradas práticas atentatórias a direitos fundamentais, desde que obedecidas as restrições impostas.⁷¹ Isto quer dizer que tais medidas coercitivas exigem do acusado a sua tolerância, apenas uma colaboração passiva.

Já no Direito Espanhol, o direito de permanecer em silêncio é constitucional (arts. 17.3 e 24.2), enquanto que nos Estados Unidos da América, a Quinta Emenda à Constituição estabeleceu o *privilege against self incrimination*, que significa que nenhum indivíduo será obrigado a ser testemunha contra ele próprio. Observe a tradução da norma norte-americana:

Ninguém será detido para responder por crime capital, ou outro crime infamante, salvo por denúncia ou acusação perante um Grande Júri, exceto em tratando de casos que, em tempo de guerra ou de perigo público, ocorram nas forças de terra ou mar. ou na milícia, durante serviço ativo; ninguém poderá pelo mesmo crime ser duas vezes ameaçado em sua vida ou saúde; nem ser obrigado em qualquer processo criminal a servir de testemunha contra si mesmo; nem ser privado da vida, liberdade, ou bens, sem processo legal; nem a propriedade privada poderá ser expropriada para uso público, sem justa indenização.⁷²

Feita esta análise, percebe-se que em alguns desses países, como é o caso dos Estados Unidos da América, adotam a garantia da não autoincriminação, mas também tem positivado em seu ordenamento o crime de perjúrio, conforme será analisado mais aprofundadamente a seguir, levando em consideração a ruptura entre a garantia constitucional e a norma penal que estão sempre em confronto.

⁷¹ QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 151.

⁷² PHILIPS, Henry. **A Constituição dos Estados Unidos da América (Brazilian Translated)**. Texas, 1994. Disponível em: <<http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>>. Acesso em 04 de ago. 2018.

3 A GARANTIA DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E A HIPÓTESE DE TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE PERJÚRIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – O CONFRONTE ENTRE A NORMA PENAL E A GARANTIA CONSTITUCIONAL

Traçados esses marcos, nota-se que a ausência de tipificação para que o acusado falte com a verdade, no sistema jurídico brasileiro, se dá em virtude da fidelidade que este modelo/opção mantém com a tradição jurídica inquisitorial, e não se dá pelo fato de opinião, imposição ou escolha pessoal.

Como já dito, a construção da mentira do acusado decorre da garantia de permanecer em silêncio, conforme o artigo 5º, inciso LXIII da Constituição Federal e artigo 186 do Código de Processo Penal. Observe os dispositivos, respectivamente:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;⁷³

Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.⁷⁴

De fato, o interrogatório pode ser caracterizado como ato tipicamente instrutório, como sendo meio de prova, o que é reforçado pelo artigo 191 do CPP que dispõe: “consignar-se-ão as perguntas que o réu deixar de responder e as razões que invocar para fazê-lo”.

Obviamente, o interrogatório pode ser visto como meio de prova e de defesa, pois aquilo que o acusado apresenta diante do juiz, pode ser considerado como prova em seu favor, influenciando na convicção do magistrado, mesmo que seja uma mentira.

Porém, é certo que o direito de não se auto incriminar está estritamente ligado à garantia do estado de inocência, pois de acordo com o artigo 5º, inciso LVII “ninguém será

⁷³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 08 ago. 2018.

⁷⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 08 ago. 2018.

considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;”, ou seja, o indivíduo deverá ser considerado inocente até que se prove o contrário. De outra sorte, até que haja provas suficientes de incriminação que confirmem a autoria e/ou a materialidade de determinado crime que lhe foi imputado.

Diante disso, percebe-se que na Constituição Federal, o direito de permanecer em silêncio, perde sua função e se torna uma figura anômala, pois não adequa o crime de perjúrio ao acusado que mente perante o juízo, e por isso, a sua mentira não pode ser impedida, visto que possui a garantia de falar com a verdade, caso optar necessário. Observe o entendimento de Maria Elizabeth Queijo sobre a garantia da não autoincriminação:

O princípio de que ninguém é obrigado a se autoincriminar é extraído do devido processo legal, do princípio da ampla defesa, da dignidade humana, da presunção de inocência, bem como da incorporação, ao direito nacional, de diplomas internacionais de direitos humanos (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em seu art. 8º, §2º, alínea “g” e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em seu art. 14, n. 3, alínea “g”).⁷⁵

Isto quer dizer que o direito ao silêncio pode acabar sendo enleado como um princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, pois o silêncio deve ser visto como a autodefesa do acusado.⁷⁶, tendo em vista a proibição de se auto incriminar e acabar produzindo provas contra si, e por isso, este silêncio não pode ser interpretado em prejuízo da própria defesa,⁷⁷ como já é exposto no artigo 186 do Código de Processo Penal, destacado acima.

Esta garantia é exercida em face do Estado, o qual possui o ônus de colher material probatório, evidentemente, obedecendo a todos os parâmetros legais e constitucionais.

Entretanto, a Constituição Federal não foi estritamente direta em afirmar o direito à não autoincriminação em geral, mas ele enuncia a advertência quanto ao direito de manter-se calado, seja em favor de um preso que acabou de ser detido em flagrante ou de um investigado em determinada Operação em fase de inquérito policial.

Diante disso, nota-se como é fundamental o papel da Autoridade Policial, no interrogatório policial, assim como do magistrado no momento do interrogatório, o dever de

⁷⁵ QUEIJO, Maria Elizabeth. Nova tentativa de supressão de direito fundamental: a pretendida imposição do dever de dizer a verdade ao acusado sob pena de cometer perjúrio. **Boletim Ibccrim**, v. 17, n. 202, p. 9-10, set. 2009.

⁷⁶ QUEIJO, Maria Elizabeth. Nova tentativa de supressão de direito fundamental: a pretendida imposição do dever de dizer a verdade ao acusado sob pena de cometer perjúrio. **Boletim Ibccrim**, v. 17, n. 202, p. 75, set. 2009.

⁷⁷ SPITZCOVSKY, Celso. O direito constitucional ao silêncio e suas implicações. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 12-18, ago./set. 2005.

informar ao acusado o seu direito de permanecer em silêncio, pois optar por ficar calado não ensejará em possível confissão, conforme exposto no artigo 198 do CPP: “o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”.⁷⁸

Como já foi visto, o Código de Processo Penal abandonou o conceito da confissão como “rainha das provas” e o artigo 197 do CPP prevê que:

Art. 197. O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.⁷⁹

Isto quer dizer que a confissão não será mais o único meio absoluto de prova para incriminar alguém, pois devido à garantia do acusado/investigado de não se auto incriminar, muitas vezes ele optará por mentir, sabendo que a sua mentira perante a autoridade judiciária não será classificada como crime.

Esta penalidade somente ocorreria se houvesse tipificado o crime de perjúrio no ordenamento jurídico, o qual será analisado adiante.

Acentua Antônio Magalhães Gomes Filho a inadmissibilidade de o Estado constranger o indiciado ou acusado a cooperar na investigação penal dos fatos e na efetiva produção de provas contra si mesmo:

Outra decorrência do preceito constitucional, ainda no terreno da prova, diz respeito à impossibilidade de se obrigar o acusado a colaborar na apuração dos fatos. O direito ao silêncio, também erigido à categoria de dogma constitucional pela Constituição de 1988 (artigo 5º, LXIII), representa exigência inafastável do processo penal informado pela presunção de inocência, pois admitir-se o contrário equivaleria a transformar o acusado em objeto da investigação, quando sua participação só pode ser entendida na perspectiva da defesa, como sujeito processual. Diante disso, evidente que o silêncio jamais pode ser interpretado desfavoravelmente (...).⁸⁰

Ademais, sobre este aspecto, é importante destacar também que há alguns Tratados sobre Direitos Humanos (Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Convenção Interamericana para Prevenir e Punir Tortura, Convenção contra a Tortura e outros

⁷⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

⁷⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

⁸⁰ GOMES FILHO, Antonio Magalhães. O Princípio da Presunção de Inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica. **Revista do Advogado/AASP**, São Paulo, nº 42, p. 30/34, 31/32, 1994.

Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e Convenção Americana de Direitos Humanos)⁸¹ que complementam as previsões da Lei Maior no que se refere aos direitos à liberdade moral, à dignidade e à intimidade.

O direito ao silêncio foi introduzido no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em execução por força do Decreto 592/92, e artigo 8,2, “g” do Pacto de San José da Costa Rica, em execução por força do Decreto 678/92. Observe:

Art. 8º, II: Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas: [...]
'g' - direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem se confessar culpada.⁸²

Neste sentido, em um Estado Democrático de Direito, o qual preserva a garantia dos direitos fundamentais, sabe-se que “não se devem usar métodos que violam a dignidade do acusado ou do ofendido, através de meios físicos, químicos, mecânicos, psíquicos, ou de qualquer outra natureza”⁸³, conforme elucida Francesco Chamenti.

Ademais, o direito ao silêncio não surge um direito à mentira, levando em consideração que o silêncio foi estabelecido para proteger o acusado de constrangimento e hostilidades auferidas pelo judiciário⁸⁴, e neste mesmo sentido, os direitos fundamentais não poderão ser vistos como uma forma de proteger a prática de atividades ilícitas, muito menos como resposta para o afastamento da responsabilidade civil ou penal pelas práticas delituosas.⁸⁵

E por isso, cabe-se dizer que o direito constitucional ao silêncio é um direito, e não um dever, pois caberá ao acusado optar por faltar com a verdade ou falar a verdade, já que a Lei Maior assegura a livre manifestação, inclusive a investigados e presos no artigo 5º, IV e XLIX:

⁸¹ AMARAL, Thiago Bottino do. **Direito ao silêncio na jurisprudência do STF**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 53.

⁸² COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – CIDH. **Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos**. 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.

⁸³ CHUMENTI, Francesco. **O processo penal e a verdade material**. Rio de Janeiro, 1995, p. 87-88.

⁸⁴ PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 341.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS. **Projeto de Lei do Senado, nº 226 de 2006**. Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4156434&disposition=inline>>. Acesso em 10 set. 2018.

⁸⁵ ALBUQUERQUE, Marcelo Schirmer. **A garantia de não auto-incriminação: extensão e limites**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 59.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;⁸⁶

E por isso, esta garantia somente fará sentido ao passo que o indiciado decida se comprometer com a verdade, sendo que as suas declarações podem abranger grande valor probatório para elucidação de fatos na fase investigatória, além de dissipar suspeitas, e se não fosse por isso, o interrogatório seria simplesmente abolido.

Neste contexto, no HC de nº 96.219-MC/SP do Supremo Tribunal Federal da relatoria do Ministro Celso de Mello, o qual já possui precedentes no mesmo sentido, afirma que:

Aquele que sofre perseguição penal instaurada pelo estado tem, dentre outras prerrogativas básicas, (a) o direito de permanecer em silêncio, (b) o direito de não ser compelido a produzir elementos de incriminação contra si próprio nem de ser constrangido a apresentar provas que lhe comprometam a defesa e (c) o direito de se recusar a participar ativa ou passivamente, de procedimentos probatórios que lhe possam afetar a esfera jurídica, tais como a reprodução simulada (reconstituição) do evento delituoso e o fornecimento de padrões gráficos ou de padrões vocais para efeito de perícia criminal.⁸⁷

Neste aspecto, ao tratar sobre estes princípios constitucionais e fundamentais, é de suma importância para este tema destacar a criação do Projeto de Lei de nº 226/2006, que diz respeito ao princípio da presunção de inocência, no sentido de que este estado de inocência garantido pela Constituição Federal deve ser visto como relativo, pois a relação probatória com o que é juntado nos autos poderá apontar verdadeira culpabilidade do investigado ou acusado⁸⁸. Observe o trecho deste projeto:

É de se ter em mente, contudo, que o direito ao silêncio e o princípio da presunção da inocência não podem ser interpretados de maneira tão dilatada pelo Supremo Tribunal Federal de modo a permitir a aclamação jurídica do

⁸⁶ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 04 set. 2018.

⁸⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 96.219-MC/SP. Relator: Ministro Celso de Mello. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC135290.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

⁸⁸ COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS. **Projeto de Lei do Senado, nº 226 de 2006**. Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4156434&disposition=inline>>. Acesso em 10 set. 2018.

direito de mentir, o que se afere pela atual jurisprudência consolidada sobre a questão.⁸⁹

Por outro lado, quando se destaca o princípio da ampla defesa, nítido que embora a mentira não seja uma garantia do acusado, é possível que haja a chance de falsear a verdade no ordenamento jurídico brasileiro em razão deste princípio, que está previsto no artigo 5º, LV da Constituição Federal, pois será exercida pelo próprio acusado.⁹⁰

Neste aspecto, importante asseverar o entendimento de ampla defesa na visão de Marcelo Albuquerque:

A ampla defesa não pode ser entendida como uma prerrogativa do acusado de se valer de todos os subterfúgios disponíveis para escapar da ação da Justiça, com o que se estaria não só admitindo direitos de duvidosa legitimidade como à mentira no interrogatório e à fuga, como abrindo perigoso precedente para justificar práticas contrárias ao princípio da lealdade processual e eivadas de má-fé. [...] onerar a acusação com a tarefa de provar, de forma segura, os requisitos para a responsabilização penal do acusado não significa autorizar a defesa a se valer dos mais variados sortilégios para dificultar a atuação da parte contrária, sem sofrer qualquer consequência processual em razão de sua escolha.⁹¹

Assim, é clarividente que há certas limitações à vontade do agente, que não poderá exercer seu pleno direito sem ao menos se preocupar com eventuais consequências acarretadas em virtude de sua mentira perante o juízo ou perante determinada autoridade policial, pois esta consequência eleva o individualismo jurídico, por se desviar de sua verdadeira finalidade⁹² e proclamar as ilicitudes de seus atos.

Em outro viés, como se sabe, o instituto da colaboração premiada é um dos temas mais presentes no direito processual penal brasileiro, sobretudo pela divulgação, publicação e o poder midiático que o envolve, principalmente no grande esquema de corrupção que deu origem à Operação Lava Jato.

A Lei n. 12.683/2012 que disciplina o crime de lavagem de dinheiro possui a previsão de que se o autor, coautor ou partícipe do crime colaborar espontaneamente perante as autoridades judiciais, poderá ter a sua pena reduzida de um a dois terços, podendo ter como

⁸⁹ COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS. **Projeto de Lei do Senado, nº 226 de 2006**. Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4156434&disposition=inline>>. Acesso em 10 set. 2018.

⁹⁰ ALBUQUERQUE, Marcelo Schirmer. **A garantia de não auto-incriminação: extensão e limites**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 75-76.

⁹¹ ALBUQUERQUE, Marcelo Schirmer. **A garantia de não auto-incriminação: extensão e limites**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 55-56.

⁹² PEDROSO, Fernando de Almeida. **Processo penal: o direito de defesa: repercussão, amplitude e limites**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 387.

regime inicial o aberto ou semiaberto, de acordo com a determinação do magistrado. Todavia, para que haja essa redução é importante que os esclarecimentos elucidem os fatos para que a apuração gere efeitos positivos durante a investigação ou na persecução penal.

No mesmo sentido, foi criada a Lei n. 12.850/2013 que rege sobre os crimes de organização criminosa. Ao analisar os seus dispositivos, é observado que há uma série de benefícios para o colaborador, pois dentre estes benefícios, se encontra o perdão judicial que poderá ser concedido pelo juiz, conforme o artigo 4º, § 2º:

Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

§ 2º Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).⁹³

Ademais, deve-se destacar que toda e qualquer colaboração do acusado deve ser feita por iniciativa própria e voluntariamente, pois o mesmo deve ter ciência das consequências de suas palavras e de seus atos, também, visto que a sua mentira perante a Autoridade Judiciária acarretaria em novos prejuízos.

Obsta destacar que há um Projeto de Lei n. 4.192/2015, o qual pretende alterar o Código Penal para criar um novo delito no ordenamento jurídico: o crime de perjúrio.

Este PL foi idealizado pelo Deputado Miro Teixeira (REDE-RJ) em 21/12/2015, o qual propôs que:

Art. 343-A. Fazer afirmação falsa como investigado ou parte em investigação conduzida por autoridade pública ou em processo judicial ou administrativo:

Pena – prisão, de um a três anos.

§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço se o crime é cometido em investigação criminal ou em processo penal.

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes do julgamento no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade."⁹⁴

⁹³ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

⁹⁴ TEIXEIRA, Miro. **Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 4.192 de 2015**. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para prever o crime de perjúrio. Disponível em:

Este projeto se encontra desde 08/01/2016 na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, onde foi proferido despacho para ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), enquanto a proposta está sujeita à apreciação do Plenário e seu regime de tramitação foi classificado como ordinário.⁹⁵

O Deputado Miro Teixeira, ao justificar a criação do projeto, afirmou se tratar de uma sugestão feita pelo Procurador da República Dr. Hélio Telho Corrêa Filho que coordena, atualmente, o Núcleo de Combate à Corrupção da Procuradoria da República em Goiás, e justifica que “o Direito Constitucional ao silêncio decorre da garantia que todos têm de não se auto incriminar. Vale dizer, não se pode impor ao investigado ou acusado o dever de produzir prova contra si. O ônus de provar a acusação é do órgão acusador. Ao réu, portanto, é assegurado o direito de manter-se passivo diante da acusação. A mentira, por outro lado, não decorre da passividade do réu, que, ao contrário, assume posição ativa para produzir declaração contrária à verdade [sic].”⁹⁶

Diante disso, quais seriam os prejuízos para o instituto da colaboração premiada se o Projeto de Lei n. 4.192/2015 fosse promulgado e o crime de perjúrio fosse tipificado no ordenamento jurídico brasileiro?

Ressalta-se que este instituto benéfico sofreria grandes mudanças, pois a partir deste momento, mentir perante o juízo ou prestar uma informação falsa, mesmo que voluntariamente, seria considerado crime, o que desabonaria totalmente a conduta de boa-fé do agente e a sua possível condição de liberdade.

Insta salientar também que haveria grandes mudanças até mesmo na Operação Lava Jato, ao passo que esta já teve enorme evolução desde a sua deflagração, pois através da colaboração premiada, foi possível desmascarar diversos agentes que deram rombo de bilhões aos cofres públicos brasileiros.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=14265384>. Acesso em: 05 set. 2018.

⁹⁵ TEIXEIRA, Miro. **Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 4.192 de 2015**. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para prever o crime de perjúrio. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=14265384>. Acesso em: 05 set. 2018.

⁹⁶ TEIXEIRA, Miro. **Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 4.192 de 2015**. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para prever o crime de perjúrio. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=14265384>. Acesso em: 05 set. 2018.

Deste modo, é preciso ter bastante cautela na utilização deste instituto⁹⁷ pois a colaboração premiada não pode de forma isolada respaldar eventual condenação penal por si só, ou seja, ela não poderá ser o único meio de prova para condenar alguém e esse posicionamento já se encontra consolidado pela Suprema Corte, como por exemplo, no julgamento do HC 94034, da relatoria da Ministra Carmen Lúcia.

EMENTA: HABEAS CORPUS. INTERROGATÓRIOS DOS CO-RÉUS, NOS QUAIS O PACIENTE TERIA SIDO DELATADO. ATOS REALIZADOS SEM PRESENÇA DO DEFENSOR DO PACIENTE. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI N. 10.792/03: IMPOSSIBILIDADE. VÍCIOS NÃO RECONHECIDOS. CONDENAÇÃO AMPARADA EXCLUSIVAMENTE NA DELAÇÃO DOS CO-RÉUS: IMPOSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA. (DESTAQUE PRÓPRIO)⁹⁸

Não fosse suficiente, no ano de 2018 foi criado o Projeto de Lei do Senado nº 190/2018, o qual deseja alterar o artigo 342 do Código Penal no intuito de acrescentar ao crime de falso testemunho ou falsa perícia, crimes esses já estudados no capítulo anterior, a ação em inquérito civil, comissão parlamentar de inquérito, processo por crime de responsabilidade ou por quebra de decoro parlamentar e para revogar a extinção de punibilidade pela retratação, instituto que é acolhido pelos Tribunais Superiores e pelas doutrinas.

Este projeto foi criado pelo Senador Lasier Martins (PSD-RS), que esclarece que “não é admissível que o Direito abra brechas para a proteção dos que, voluntariamente, faltem com a verdade em juízo, pois isso não é boa política criminal nem representa os interesses da sociedade”.⁹⁹

Parece razoável a criação deste projeto, pois diante de tudo que já foi exposto acima e no capítulo anterior, mentir ou fazer falsa afirmação perante o juízo já é prejudicial para o processo. Então a prática do crime em CPI's ou na fase investigatória, seria extremamente prejudicial quanto como nos crimes já tipificados no ordenamento jurídico.

A penalidade prevista para o projeto de lei se equipara à da lei já vigente, sendo a pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa, porém, há incrementação no texto, ao considerar a hipótese de aumento de pena em um sexto a um terço, se o crime for praticado mediante

⁹⁷ BADARÓ, Gustavo. O valor probatório da delação premiada. **Consulex**, Brasília, v. 19, n. 433, p. 26–29, fev. 2015.

⁹⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 94.034/SP. 1ª Turma. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 05 set. 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=546065>>. Acesso em: 10 set. 2018.

⁹⁹ SENADO. **Projeto prevê novas punições para crime de falso testemunho ou falsa perícia**. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/22/projeto-preve-novas-punicoes-para-crime-de-falso-testemunho-ou-falsa-pericia/tablet>>. Acesso em 05 set. 2018.

suborno ou cometido com o fim de obter prova para causar efeito em processo penal ou civil que envolva a Administração Pública direta ou indireta.

Por outro lado, o PLS 190/2018 retira a opção de não punição caso o agente se retrate ou declare a verdade antes da sua sentença, pois Lasier, o autor do Projeto, acredita esse ser um “favor legal” que poderá ser facilmente desvirtuado para dificultar ou obstruir a verdade.

Este projeto se encontra na Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) desde 27/04/2018 aguardando designação do relator¹⁰⁰, o qual irá analisá-lo em caráter terminativo. Isto quer dizer que se o mesmo for aprovado sem modificações ou recursos para votação em Plenário, deverá seguir para análise na Câmara dos Deputados, e, por conseguinte, sua aprovação para que entre em vigor.

Voltando ao assunto de análise, o ordenamento jurídico brasileiro não trata apenas da garantia ao silêncio, mas, sem dúvidas, há ausência de juramento de dizer somente a verdade, o que permite que investigados, indiciados e acusados mintam em prol de si mesmos, principalmente porque o ônus da prova é do Estado, conforme já dito.

Neste diapasão, faz-se uma distinção entre o sistema jurídico norte-americano e o brasileiro, tendo em vista que o direito ao silêncio encontra respaldo na Quinta Emenda¹⁰¹ à Constituição dos Estados Unidos de 1791 (*Bill of rights*) garantindo apenas a não produção de provas contra si mesmo, mas por outro lado, possui tipificação do crime de perjúrio em seu ordenamento.

Verifica-se que a essência da não autoincriminação é limitada pelo poder estatal e a proteção do acusado, pois há outras garantias que estão interligadas, como a presunção de inocência e o devido processo legal.

Infere-se que nos Estados Unidos, o direito de permanecer calado em interrogatórios não é absoluto, pois há certas limitações, visto que o silêncio do acusado poderá ser usado contra ele no tribunal do júri, sendo característica como prova de culpa, se o indivíduo optar por manter-se em silêncio antes de adquirir este direito. Esta foi uma decisão tomada pela Suprema Corte dos EUA.¹⁰²

¹⁰⁰ MARTINS, Lasier. **Projeto de Lei do Senado, nº 190 de 2018**. Altera o art. 342 do Código Penal para tipificar o crime de falso testemunho ou falsa perícia em inquérito civil, comissão parlamentar de inquérito, processo por crime de responsabilidade ou por quebra de decoro parlamentar e para suprimir a extinção de punibilidade pela retratação antes da sentença no processo em que se deu tal crime. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132982>>. Acesso em: 05 set. 2018.

¹⁰¹ MELO, João Ozorio de. **Direito ao silêncio não é absoluto, decidem EUA**. Consultor Jurídico, 19 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-jun-19/direito-incriminado-silencio-limitado-decide-suprema-corte-eua>>. Acesso em: 10 set. 2018.

¹⁰² ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte dos Estados Unidos. **Caso Salinas vs. Texas**. Washington D.C., 2012. Disponível em: https://www.supremecourt.gov/opinions/12pdf/12-246_7148.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

Nesta situação, a Suprema Corte decidiu que este privilégio constitucional não valerá para cidadãos “inocentes”, apenas para aqueles que figurarem o papel de acusado em determinado crime, ou de réus em julgamentos subsequentes.¹⁰³

Em 1966, o caso *Miranda e Arizona*, foi assegurada pela Suprema Corte Americana o disposto da 5ª Emenda de forma categórica. Observe:

Miranda V. Arizona, verificado em 1966, em que a Suprema Corte americana, por cinco votos contra quatro, firmou o entendimento de que nenhuma validade pode ser conferida às declarações feitas pela pessoa à polícia, a não ser que antes ela tenha sido claramente informada de: 1) que tem o direito de não responder; 2) que tudo o que disser pode vir a ser utilizado contra ele; 3) que tem o direito à assistência de defensor escolhido ou nomeado. No referido julgamento, a Suprema Corte americana adotou a posição de que a mera ausência dessa formalidade era o bastante para inquinar de nulidade as declarações da pessoa, especialmente a confissão e as provas conseguidas a partir dela.¹⁰⁴

Neste sentido, o *common law* apresenta como garantia ao réu somente o direito de permanecer em silêncio, pois ao se apresentar perante o juízo, tem o dever/obrigação de falar a verdade, ou seja, de não mentir, pois é feito um juramento de compromisso com a verdade, estando sob pena do crime de perjúrio.

Por outro lado, o sistema jurídico da *civil law*, como é o caso do ordenamento jurídico brasileiro, o acusado não prestará compromisso com a verdade, em exceção aos casos de falsa perícia e falso testemunho, tendo como autoria peritos e testemunhas, respectivamente. Mas nunca será imputada a prática do crime de perjúrio, até que haja lei que se tipifique como ilícita tal conduta, como proposto pelo Projeto de Lei n. 4.192/2015.

Além disso, vale dizer que no sistema jurídico brasileiro, por mais que o indivíduo esteja protegido pela garantia de permanecer em silêncio, caso o acusado profira afirmações falsas que adequem sua conduta como antiética e imoral, ainda sim ele poderá sofrer o prejuízo de ser responsabilizado por eventual denúncia caluniosa, e isso dará ensejo à instauração de inquérito policial para apuração dos fatos e possivelmente enfrentar uma ação penal.

Além disso, pode-se dizer que a mentira pode ser considerada um elemento que indica a personalidade distorcida do sujeito que a pratica ou pode ser considerada uma conduta antissocial, e isto pode ocasionar o aumento de pena durante a dosimetria, pois a

¹⁰³ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte dos Estados Unidos. **Caso Salinas vs. Texas**. Washington D.C., 2012. Disponível em: https://www.supremecourt.gov/opinions/12pdf/12-246_7148.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

¹⁰⁴ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**. Niterói: Impetus, 2011. v. 1, p. 58-59.

pena-base do acusado que mentir perante o juízo deverá ser superior ao do acusado que opta por manter-se em silêncio.¹⁰⁵

É por isso que o Projeto de Lei de n. 4.192/2015 deveria entrar em vigor para coibir essa prática de mentiras para manter a inocência do acusado ou para proteger a si das mazelas da esfera penal, haja vista que haveria punição para aquele que tem o intuito de obstruir a justiça.

Como já foi explanado alhures, o princípio que proíbe a autoincriminação do agente é um direito fundamental, respaldado na Carta Magna e, por isso, esse direito não pode ser considerado absoluto, pois, o direito positivo certifica a liberdade de declaração, que se desdobra em três vertentes: a inexigibilidade de o acusado confessar-se culpado, a supressão do juramento e o direito de ficar silente.¹⁰⁶

Isto quer dizer que se o acusado pode mentir, haverá supressão do juramento, que é característico do período inquisitorial, e cabe lembrar que naquela época a mentira não era visto como crime, mas apenas como uma atitude reprovativa por parte do Estado e da sociedade.¹⁰⁷ Por isso, nota-se que a obrigação do juramento é característica do processo inquisitorial. Entretanto, mesmo nesse modelo processual, a mentira do acusado não era tida como um crime.¹⁰⁸

E neste mesmo sentido, embora seja proibido exigir do acusado o dever de colaboração, notadamente pela existência do princípio *nemo tenetur se detegere* – não produção de provas contra si mesmo –, este princípio não oferece o direito de obstruir a justiça, a mesma que procura a elucidação dos fatos e necessita da boa-fé do indivíduo para prestar o compromisso com a verdade de acordo com a moral e os bons costumes enraizados na sociedade.

E por isso, cabe dizer que prestar compromisso com a verdade pode gerar benefícios ao próprio acusado, visto que a pena poderá ser atenuada em virtude da confissão e isso acarreta em redução da pena e/ou até mesmo o perdão em sede de colaboração premiada, além da extinção da punibilidade pela retratação.¹⁰⁹

¹⁰⁵ ARAS, Vladimir. A mentira do réu e o art. 59 do CP. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas. PELLELA, Eduardo. **Garantismo penal integral**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 262.

¹⁰⁶ HADDAD, Carlos Henrique Borlido. **Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação**. Campinas: Bookseller, 2005, p. 89-90.

¹⁰⁷ FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. **A presunção da inocência e a construção da verdade: contrastes e confrontos em perspectiva comparada (Brasil e Canadá)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 70.

¹⁰⁸ FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. **A presunção da inocência e a construção da verdade: contrastes e confrontos em perspectiva comparada (Brasil e Canadá)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 72.

¹⁰⁹ ARAS, Vladimir. A mentira do réu e o art. 59 do CP. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas. PELLELA, Eduardo. **Garantismo penal integral**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 264.

Veja que a verdade tem o condão de proteger o acusado:

No processo, a mentira para condenar é abjeta. De igual modo, é reprovável a mentira para absolver. Parece claro que a tutela da verdade protege o réu e a sociedade. A testemunha de acusação mentirosa deve ser afastada do processo e responsabilizada criminalmente. O documento falso, introduzido pela Polícia ou utilizado pelo Ministério Público, pelo assistente de acusação ou pelo querelante, tem de ser excluído dos autos. Também a testemunha defensiva que mente em favor do réu ofende o direito à verdade processual.¹¹⁰

De modo geral, a jurisprudência já tem consolidado que a mentira quanto ao fato imputado é característica ao exercício da autodefesa e, portanto, não pode ser valorada em desfavor do acusado, mas deveria, ao ao menos, não mais ser tolerada no processo penal, se o projeto de Lei nº 4.192/2015 fosse promulgado com a efetiva aplicação penal do crime de perjúrio.

Diante disso, torna-se clarividente que a mentira do acusado pode gerar graves consequências, até mesmo porque ela não anda em consonância com o Direito *strictu sensu*, o qual sempre caminha com a ética e moral, e por isso, haverá conflitos entre os direitos fundamentais, certo que deverá ser imposto o respeito aos interesses da coletividade que sobrepõem os interesses individuais.¹¹¹

Por fim, resta claro que deverá haver um equilíbrio entre a verdade a vedação à autoincriminação, pois o seu desequilíbrio acarreta em prejuízos na eficácia da norma penal e no princípio da igualdade ou da paridade de armas, pois a interpretação do direito é na maioria de suas vezes *pro réu*, e ao transformar o perjúrio em crime no Brasil, certamente haveria mais segurança jurídica e menor potencialidade lesiva na mentira do acusado diante dos direitos coletivos e constitucionais.

¹¹⁰ ARAS, Vladimir. A mentira do réu e o art. 59 do CP. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas. PELLELA, Eduardo. **Garantismo penal integral**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 251.

¹¹¹ SANTOS, Marcus Renan Palácio de M. C. dos. Princípio do nemo tenetur se detegere e os limites a um suposto direito de mentir. **Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará**, Fortaleza, ano 2, n.1. jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.esmal.tjal.jus.br/arquivosCursos/2015_05_11_14_08_46_Artigo.Nemo.Tenetur.Direito.Mentir.Marcus.Pal+%EDcio.pdf>. Acesso em: 05. set. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos poucos, o Direito veio adotando critérios na tentativa de buscar por mais racionalidade, e a não tipificação da mentira no ordenamento jurídico brasileiro se distancia cada vez mais de alguns princípios constitucionais, pois é nítido o abandono à estrutura de saber e poder que norteia a composição do atual sistema jurídico, até mesmo porque é prevalecido o interesse individual sobre o interesse coletivo.

Fica evidente que há grande diferença entre permanecer calado e mentir, mesmo que o silêncio resguarde a dignidade do acusado, mas é nítido que há potencialidade lesiva, até mesmo porque um comportamento que prejudica interesse de terceiros, ou seja, da própria coletividade, deve ser debelado.

É por isso que se torna perfeitamente justa a tipificação do crime de perjúrio no sistema jurídico brasileiro para que a confissão e/ou o compromisso com a verdade não percam o seu valor, se comparado às consequências oriundas da mentira protegida pelo princípio do *nemo tenetur se detegere*.

Este princípio não é expressamente previsto, mas está estritamente ligado ao princípio do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, pois surgiu como defesa às torturas que os acusados enfrentavam no período inquisitorial, e no Brasil, no período da ditadura militar, para que confessassem crimes que nem sequer haviam sido cometidos.

A tipificação do crime de perjúrio andarà de mãos dadas com o princípio da verdade real, pois o Direito visa o bem comum, e para que haja bem comum, deve haver também transparência e compromisso com a verdade, já que a mentira não acarreta em graves consequências jurídicas para o acusado, mas tão somente aos crimes de falso testemunho e falsa perícia, conforme visto.

E por isso, certamente há uma linha tênue que visa equilibrar a verdade e a mentira, quando o acusado presta compromisso com a verdade e é constrangido (inconstitucionalmente) por isso, ou quando presta compromisso com a mentira e acaba desequilibrando e prejudicando os interesses sociais, ao passo que se torna justificável a tipificação do crime de perjúrio no sistema jurídico brasileiro através do Projeto de Lei de nº 4.192/2015, de forma que o Poder Judiciário poderá aplicar efetivamente a lei penal e se aproximar do princípio da verdade real.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcelo Schirmer. **A garantia de não auto-incriminação: extensão e limites**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 59.

AMARAL, Thiago Bottino do. **Direito ao silêncio na jurisprudência do STF**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 53.

ARAS, Vladimir. A mentira do réu e o art. 59 do CP. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas. PELLELA, Eduardo. **Garantismo penal integral**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 262.

ARAÚJO, José Osterno Campos de. **Verdade processual penal**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006, p. 56.

BADARÓ, Gustavo. O valor probatório da delação premiada. **Consulex**, Brasília, v. 19, n. 433, p. 26–29, fev. 2015.

BRANDÃO DE ARAÚJO, Alexandre Mota. O tratamento jurídico da má-fé no processo penal. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 8, n. 49, abr./maio, 2008, p. 91.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. 1 - Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 82.

BITTAR, Eduardo Bianca. **Curso de Ética Jurídica**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

_____. Superior Tribunal Federal. Habeas Corpus 136.331/RS. 2ª Turma. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 13 jun. 2017. Disponível em <<http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp?id=311899330&tipoApp=.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Superior Tribunal Federal. Habeas Corpus 72.815/MS. 1ª Turma. Relator: Moreira Alves. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 06 out. 1995. Disponível em

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo8.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. Habeas Corpus 315.456/SP. 5ª Turma. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 06 set. 2016. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/386926091/habeas-corpus-hc-315456-sp-2015-0022078-1/inteiro-teor-386926110?ref=juris-tabs>>. Acesso em 15 jun. 2018.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. Recurso Ordinário em Habeas Corpus 52.539/MG. 6ª Turma. Relator: Ministro Rogério Shietti Cruz. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 06 abr. 2015. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153352821/recurso-em-habeas-corpus-rhc-52539-mg-2014-0261967-8>>. Acesso em 15 jun. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 94.034/SP. 1ª Turma. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 05 set. 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=546065>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 96.219-MC/SP. Relator: Ministro Celso de Mello. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC135290.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus 53.565/SP. 2ª Turma. Relator: Ministro Thompson Flores. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 19 set. 1975. Disponível em: <https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/RHC_53565_SP_1278672566198.pdf?Signature=%2FUF8ZkdldSBOuiRymeJKq%02BS0Xic%03D&Expires=1538683201&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=a5c35979fb32c0d54c5ca293df6834c4>. Acesso em 15 jun. 2018.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal – Vol. 1: Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1991, p. 162.

CAPEZ, Fernando; PRADO, Estela. **Código Penal Comentado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 707.

CHUMENTI, Francesco. **O processo penal e a verdade material**. Rio de Janeiro, 1995, p. 7.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – CIDH. **Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos**. 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS. **Projeto de Lei do Senado, nº 226 de 2006**. Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe

sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. Disponível em:
<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4156434&disposition=inline>.
 Acesso em 10 set. 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte dos Estados Unidos. **Caso Salinas vs. Texas**. Washington D.C., 2012. Disponível em:
https://www.supremecourt.gov/opinions/12pdf/12-246_7148.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

FARIA, Bento de. **Código Penal brasileiro comentado: parte especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1961. v. 7.

FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. **A presunção da inocência e a construção da verdade: contrastes e confrontos em perspectiva comparada (Brasil e Canadá)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 70.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. O Princípio da Presunção de Inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica. **Revista do Advogado/AASP**, São Paulo, nº 42, p. 30/34, 31/32, 1994.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. **Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação**. Campinas: Bookseller, 2005, p. 89-90.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal – Parte Especial**. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 243-245.

JUNQUEIRA, Gustavo, VANZOLINI, Patrícia. **Manual de direito penal – Parte geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 38.

LIMA, Lana Lage da Gama de. **A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial**. 1990. 831 f. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**. Niterói: Impetus, 2011. v. 1, p. 58-59.

MALATESTA, Nicola Framarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. Tradução de Paolo Capitano. Campinas: Bookseller, 1996.

MARTINS, Lasier. **Projeto de Lei do Senado, nº 190 de 2018**. Altera o art. 342 do Código Penal para tipificar o crime de falso testemunho ou falsa perícia em inquérito civil, comissão parlamentar de inquérito, processo por crime de responsabilidade ou por quebra de decoro parlamentar e para suprimir a extinção de punibilidade pela retratação antes da sentença no processo em que se deu tal crime. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132982>. Acesso em: 05 set. 2018.

MELO, João Ozorio de. **Direito ao silêncio não é absoluto, decidem EUA**. Consultor Jurídico, 19 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jun-19/direito-incriminado-silencio-limitado-decide-suprema-corte-eua>. Acesso em: 10 set. 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 104.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 341.

_____.; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 6.

PEDROSO, Fernando de Almeida. **Processo penal: o direito de defesa: repercussão, amplitude e limites**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 387.

PHILIPS, Henry. **A Constituição dos Estados Unidos da América (Brazilian Translated)**. Texas, 1994. Disponível em: <<http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>>. Acesso em 04 de ago. 2018.

PONTE, Antonio Carlos da. **Falso testemunho no processo**. São Paulo: Atlas, 2000.

QUEIJO, Maria Elisabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio do nemo tenetur se detegere e as decorrências ao processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 29.

QUEIJO, Maria Elisabeth. Nova tentativa de supressão de direito fundamental: a pretendida imposição do dever de dizer a verdade ao acusado sob pena de cometer perjúrio. **Boletim Ibccrim**, v. 17, n. 202, p. 9-10, set., 2009.

RAMOS. André de Carvalho. Limites ao poder de investigar e o privilégio contra a auto-incriminação à luz do Direito Constitucional e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: CUNHA, Rogério Sanches; GOMES, Luiz Flávio; TAQUES, Pedro (Coord.). **Limites constitucionais da investigação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 10.

REALE, Miguel. **Instituições de Direito Penal – Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v. 1, p. 136.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 39.

SANTOS, Marcus Renan Palácio de M. C. dos. Princípio do nemo tenetur se detegere e os limites a um suposto direito de mentir. **Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará**, Fortaleza, ano 2, n.1. jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.esmal.tjal.jus.br/arquivosCursos/2015_05_11_14_08_46_Artigo.Nemo.Tenetur.Direito.Mentir.Marcus.Pal+%EDcio.pdf>. Acesso em: 05. set. 2018.

SENADO. **Projeto prevê novas punições para crime de falso testemunho ou falsa perícia**. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/22/projeto-preve-novas-punicoes-para-crime-de-falso-testemunho-ou-falsa-pericia/tablet>>. Acesso em 05 set. 2018.

SPIZCOVSKY, Celso. O direito constitucional ao silêncio e suas implicações. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 12-18, ago./set. 2005.

TEIXEIRA, Miro. **Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 4.192 de 2015**. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para prever o crime de perjúrio. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=14265384>.

Acesso em: 05 set. 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 541.

TROIS NETO, Paulo Mário Canabarro. **Direito à não autoincriminação e direito ao silêncio**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 82.